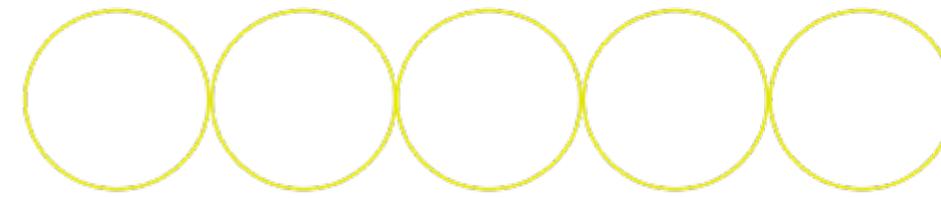


Orçamento:

como viabilizar um projeto sustentável de cidade



Um guia para as
eleições de 2020



Conteúdo elaborado por uma coalizão de organizações da sociedade civil e especialistas da área socioambiental e climática. Você tem alguma dúvida, sugestão ou comentário? Ou gostaria de ter mais informações sobre o tema?

[Acesse este link e fale com a gente.](#)





Para mudar uma cidade, gestoras e gestores públicos primeiro precisam entender como funciona o instrumento mais poderoso que eles tem na mão: o orçamento público.





Nossas cidades precisam mudar.

Prefeitas, prefeitos, vereadores e vereadoras eleitos este ano têm a oportunidade histórica de operar essa mudança, estabelecendo um rumo a ser perseguido.

Para fazer isso, é preciso ter senso de urgência, mas ao mesmo tempo uma visão de longo prazo, sem a qual será impossível chegar em algum lugar. O instrumento fundamental para construir essa visão é o orçamento municipal, assunto de pouco glamour mas muitas consequências.





O primeiro ano do mandato desses gestores e gestoras será fundamental para que **essa mudança de rumo aconteça com a urgência necessária.**



Isso porque o primeiro ano do mandato é quando as **Câmaras Municipais votam o Plano Plurianual (PPA)**, que define todas as grandes metas da gestão, dando as linhas gerais sobre as quais será traçado todo o orçamento que a prefeitura terá ao longo dos quatro anos. Grandes projetos e obras precisam estar no PPA para poderem acontecer.



Na negociação das prioridades do plano, é absolutamente certo que haverá pressão forte para que as cidades continuem como estão — a força mais implacável na gestão pública é a inércia. **Há uma tendência a repetir soluções paliativas que já não funcionam e custam caro, comprometendo o orçamento sem trazer grandes impactos.**



Quem quer mudar a cidade profundamente precisa estar atento em 2021, **para garantir que a mudança de paradigma que se faz necessária na gestão pública esteja prevista no PPA.**



Além do PPA, o orçamento se expressa em outras duas leis, essas aprovadas todos os anos:

a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

e a Lei Orçamentária Anual (LOA)

a primeira define as regras e prioridades do orçamento de cada ano, a segunda estima custos e receitas.



Prefeitas, prefeitos, vereadores e vereadoras que querem deixar sua marca precisam estar atentos a esse processo. **Diz-se que a prefeitura é a dona do cofre, mas a Câmara é que têm a chave.** Se elas não conseguirem trabalhar juntas, nada vai acontecer.



Não serão tempos fáceis, com os orçamentos públicos sendo picotados diante da crise econômica. Mas os governos que souberem pensar estrategicamente e tiverem gente competente buscando pelo mundo oportunidades de financiamento **vão conseguir se aproveitar de uma grande diversidade de novas fontes de recursos, nacionais e internacionais.**



Mudanças climáticas

É urgente mudar o jeito de ver as coisas. Por exemplo: diante do risco cada vez maior de enchentes cada vez mais perigosas, muitas cidades, ligadas no piloto automático, fazem grandes obras como “piscinões”, para conter parte da água e dar um alívio no problema. Mas o piscinão, além de desqualificar o espaço público, gera um problema ambiental adicional, concentrando poluição, desequilibrando o ambiente e atraindo mosquitos e outras pragas. Esse é só um

exemplo de “solução” que não resolve o problema e custa caro para fazer e para manter. O PPA pode ser uma chance de planejar uma mudança de paradigma, que implique em repensar o ordenamento urbano. **A retomada da economia pós-pandemia é uma oportunidade de fazer diferente e alocar os recursos municipais para mudar o que está errado em nossas cidades. É possível fazer mais ao fazer melhor.**



É necessário estruturar bons planos municipais para lidar com saneamento, desastres naturais, regeneração de áreas naturais, mobilidade verde, resíduos sólidos e desenvolvimento verde. Esses planos que utilizam o orçamento de forma mais sustentável e eficiente precisam alimentar o PPA e dar a rota para novas realizações.

Há bons planos que podem servir de inspiração:

o Estado de São Paulo desenvolveu um modelo para construir cidades resilientes¹, voltado para a resposta a desastres naturais, e foi premiado pela ONU em 2014. Essa iniciativa rendeu frutos no Estado todo:

São José do Rio Preto desenvolveu um plano de resiliência² para ser colocado em prática em quatro anos

e Campinas recebeu o Prêmio Sasakawa³ em 2019 por ter demonstrado aproximação com a comunidade, forte liderança local e participação ativa de todos os coletivos vulneráveis nos trabalhos de mensurar e reduzir os riscos de desastres.



Um desafio: muita urgência e pouco dinheiro. Serão anos de aperto orçamentário e muitos problemas para resolver. Então ideias que gerem receitas ou economias tendem a ser as mais populares. Uma boa aposta é substituir grandes obras que cobrem a cidade de cimento por ações mais descentralizadas, que geram oportunidade e emprego para bastante gente. **Por exemplo, em vez de construir um enorme conjunto habitacional, por que não investir na recuperação de vários edifícios para a promoção de moradia popular em toda a cidade?**





Uma ideia: dedique tempo para pesquisar fontes de financiamento em 2021. No Brasil, estamos vivendo um momento difícil de desmonte das políticas públicas para o clima, mas é importante atentar para as portas que estão se abrindo. Há centenas de oportunidades de financiamento que não estão sendo exploradas em todo seu potencial e que podem ser acessadas internacionalmente, nacionalmente ou mesmo localmente, via emendas parlamentares. Alguns exemplos para mostrar que é possível:



Fortaleza conseguiu financiamento junto ao Banco Mundial⁴ para colocar em prática um projeto de desenvolvimento urbano sustentável.



E a cidade do Rio de Janeiro tem despontado como liderança climática e desenvolvido planos em parceria com organizações internacionais⁵ como ONU-Habitat e Unicef.



É importante montar uma equipe que domine esse tema e que possibilite um posicionamento estratégico frente a essas oportunidades.



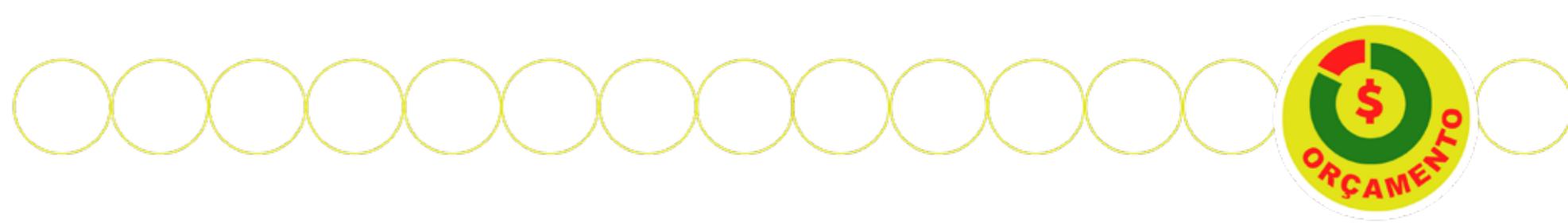
Imagine o dia em que a população das cidades se apropriar do orçamento público, participando de sua elaboração, compreendendo seus critérios e acompanhando sua execução. **Dar transparência ao gasto público não é positivo apenas porque evita malversação, mas também porque atrai os cidadãos para perto e torna-os parceiros no trabalho coletivo de cuidar da cidade.**





Não esqueça: a crise econômica, a crise ambiental e a crise sanitária demandam ação imediata. 2021 é um ano crucial para destinar recursos para lidar com todos esses problemas sistêmicos. O que não for planejado agora pode acontecer tarde demais.





Links:

- 1 - <https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/onu-premia-sao-paulo-como-estado-modelo-para-enfrentar-desastres-naturais/>
- 2 - <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/defesa-civil/plano-local-de-resiliencia-sao-jose-do-rio-preto-pt.pdf>
- 3 - <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/05/16/onu-premia-campinas-por-iniciativas-para-a-reducao-de-desastres.htm>
- 4 - https://docs.google.com/document/d/1sE1g84hFuAQbJzeHi_KhU8w5oClg0jqlyB2WA6nuvk/edit
- 5 - <http://prefeitura.rio/meio-ambiente/prefeitura-comemora-dois-premios-internacionais-em-sustentabilidade-com-hortas-cariocas-e-cidade-pelo-clima/>

